



Federalização e Deslocamento de Competência nos Direitos Humanos

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Daniele Queiroz De Almeida
Renato Horta Rezende
Débora Silva Cruz
Renata Apolinário De Castro Lima

Categoria do Trabalho

1

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A violência é algo que se perpetua na sociedade desde os tempos mais remotos. O homem é violentado em sua dignidade e submetido a processos que o despersonalizam. Diferente do cenário atual, no ano de 1939, durante o ano da Segunda Guerra Mundial, a vontade do Estado preponderava sobre os direitos humanos e, até mesmo, sobre a humanidade. Fato este que desencadeou em tragédias irremediáveis para a história da sociedade. Ao passo que em consequências desse conflito nasce um dos marcos históricos que viabilizam um olhar atencioso, e atemporal, à proteção dos direitos e dignidade humana, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Objetivo

O objetivo desse resumo expandido é destacar a complexidade e riscos da federalização, especialmente em relação à falta de garantias, à possível ineficácia no tratamento de violações e à concentração de poder que pode gerar impunidade e comprometer a justiça.

Material e Métodos

Para elaboração dessa pesquisa jurídica se utilizou dos métodos dedutivo, qualitativo e observativo. Além disso, para fins de recursos materiais utilizaram-se matérias de direitos humanos, imersão em pesquisas no google acadêmico, análises de casos particulares ligados aos direitos humanos onde se explorou a proposta de federalização das violações contra os direitos humanos, incorporada no ordenamento jurídico por meio da EC n°. 45/04. A EC, a qual, prevê o deslocamento de competência do âmbito da Justiça estadual para a esfera federal em casos de graves violações de direitos humanos

Resultados e Discussão

O incidente de federalização, abordado neste trabalho, ocorre em situações de graves violações de direitos humanos. Para compreender sua relevância, é essencial definir o conceito de direitos humanos, que abrange normas fundamentais para a dignidade e proteção do indivíduo.

IV Congresso Nacional de Pesquisa Jurídica

Sustentabilidade, Desenvolvimento e Democracia

16 a 20 de Setembro 2024



A federalização permite que tais casos sejam julgados pela Justiça federal, buscando uma resposta mais adequada a violações reconhecidas em tratados internacionais. Contudo, a aplicação desse mecanismo pode ser complexa e uma ameaça, já que não há garantias fixas ou regras imutáveis sobre quando deve ocorrer, não assegura um melhor tratamento, pode gerar um monopólio da impunidade e concentrar poder excessivo nas mãos da União.

Conclusão

Conclui-se, que a federalização, por si só, não garante que o caso será tratado de forma mais adequada. A consequência disso pode ser um monopólio de impunidade, o que significa que crimes podem ficar impunes na esfera federal justamente devido à maior concentração de poder. Além disso, concentrar todo o poder nas mãos da União representa um risco à democracia, pois pode gerar arbitrariedade e decisões baseadas na conveniência, e não em princípios claros, ferindo, assim, a Constituição Federal.

Referências

Sarlet, I. W., Furian, L., & Fensterseifer, T. (2009). A REFORMA (DEFORMA?) DO JUDICIÁRIO E A ASSIM DESIGNADA “FEDERALIZAÇÃO” DOS CRIMES CONTRA OS DIREITOS HUMANOS: PROTEÇÃO OU VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS?. Caderno Virtual, 1(11). Recuperado de <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/59>

CARVALHO, Adalgisa Rejane Soares de et al. Federalização das violações contra os Direitos Humanos: uma análise do incidente de deslocamento de competência inserido pela EC nº 45/04. 2008.